



Anais da Assembléia

N.º 57

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 28 DE MAIO DE 1976

ANO II

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 84ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 1976.

SEXTA FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Del Ciel, secretariada pelos Senhores Deputados Fabiano Beaga Côrtes e Leopoldo Jacomel.

Às 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (54)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta Casa, um voto de congratulações à Rádio Difusora de Ponta Grossa, que conseguiu uma vez mais o primeiro lugar de audiência popular pesquisada pelo IBOPE, que confirmou a boa administração desta empresa na elaboração de suas programações radiofônicas.

Requer outrossim, que deste se dê conhecimento à Rádio Difusora na pessoa do seu Diretor, Senhor Nilson de Oliveira.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1976.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições que lhe são conferidas pelos Regimento Interno desta Casa, requer ouvido o Plenário, voto de júbilo e congratulações pelo transcurso do dia 16 último, do Jubileu de Ouro da Diocese de Jacarezinho.

As festividades comemorativas daquela Diocese, que nos idos de 50 foi a 3.ª do Brasil, tiveram início dia 12 e foram encerradas dia 16 com monumental desfile de carros alegóricos.

O ponto culminante daquelas festividades foi a Santa Missa concelebrada defronte a Catedral de Jacarezinho, pelo Reverendíssimo Nuncio Apostólico, Dom Carmine Rocco; bispo Dom Pedro Filipak, de Jacarezinho; arcebispos de Diamantina, Londrina e Curitiba; bispos de Maringá, Apucarana, Paranavaí, Presidente Prudente, Ponta Grossa, Cornélio Procopio, Cascavel, Paranaguá, Guarapuava e Umuarama; bispos Auxiliares de Curitiba, todo o Clero da Diocese, além da presença de grande número de Irmãs, Seminaristas, autoridades e representantes das Paróquias pertencentes à Diocese de Jacarezinho. Mais de 20 mil pessoas prestigiaram e participaram das festivas solenidades, numa demonstração inequívoca de fé e religiosidade sempre renovada daquela população.

Desde que foi criada a 16 de maio de 1926, a Diocese de Jacarezinho já teve os seguintes Bispos: Dom Fernando Taddei, falecido em 1940; Dom Ernesto de Paulo que se encontra em São Paulo; Dom Geraldo de Proença Sigaud, hoje Arcebispo de Diamantina e Dom Pedro Filipak, atual bispo. A Diocese de Jacarezinho tem atualmente 29 Paróquias, 251 Capelas, 30 Padres Seculares, 23 Padres Regulares e 155 Religiosas.

Da decisão da Casa, uma vez aprovado o presente, requer, outrossim, se dê ciência do mesmo ao Reverendíssimo Nuncio Apostólico, D. Carmine Rocco e a Dom Pedro Filipak, bispo daquela Diocese.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1976.

(a) GABRIEL MANOEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignada em Ata dos trabalhos, um voto de congratulações à Federação Paranaense de Futebol de Salão, pelos valiosos e relevantes serviços que vem prestando à comunidade paranaense, durante os seus 20 anos de existência, que este ano vem comemorar, na promoção de campeonatos pré-mirim, infantil, infanto-juvenil, juvenil e adulto de futebol de salão, dentro do esporte amador.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à Federação Paranaense de Futebol de Salão.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1976.

(a) LUIZ CARLOS ZUK.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignada na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações a "Vóz do Paraná" que comemora seus 20 anos de fundação, juntamente com a Gráfica Voz do Paraná Ltda., e a Editora Evopar Ltda., um dos mais prestigiados semanários paranaense.

Outrossim, requer, à Mesa, que após sua aprovação, dê-se ciência à Direção do referido jornal, à rua Francisco Scremin, 1855, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1976.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, ouvido o Plenário, requer seja inserto na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações à Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMBRATER do Ministério da Agricultura, pelos esforços em benefício da terra e da comunidade.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1976.

(a) PAULO CAMARGO.

JUSTIFICATIVA:

A par da crescente demanda de recursos para o setor rural (o orçamento do Sistema de Assistência Rural está previsto em 1 bilhão e 448 para o corrente exercício contra Cr\$ 700 milhões em 1975) aparenta crescerem os esforços em benefício do homem do campo.

A EMBRATER vem demonstrando, através de ação global, a necessidade de aplicar na agricultura a tecnologia de que dispomos. É um incentivo ao produtor no trato com a terra.

Dos recursos da EMBRATER para este ano, 53,42 por cento serão destinados ao incremento da produção de alimentos, engatizado a prioridade dos produtos exportáveis como o trigo, a soja, o cacau e o café.

É justo que saibamos retribuir à luta na qual vem se empenhando o governo para dar aos que lidam no campo a garantia e a segurança necessárias a seu trabalho. Qualquer tentativa de aumento da produção e produtividade na dieta alimentar da população brasileira deve ser incentivada, por seus inevitáveis reflexos positivos ao bem estar geral. Esta parece ser a meta da EMBRATER.

Espera que o apoio tecnológico faça do ato de plantar e colher uma esperança de que melhores dias virão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer seja encaminhado um expediente ao Senhor Superintendente Regional da Receita Federal, Doutor Ahilê José Kaufmann, seja instalado um "Posto da Receita Federal" em Mandaguari-Pr., uma vez que o atual Posto de Maringá, será elevado em breve à categoria de "Delegacia".

Sala das Sessões em 27 de maio de 1976.

(a) LÁZARO DUMONT.

JUSTIFICATIVA:

Faz-se necessário a instalação deste "Posto da Receita Federal por representar de muita valia no setor fazendário e administrativo no município de Mandaguari.

Sendo este município um centro de grande desenvolvimento populacional, econômico e financeiro demonstra claramente estar em condições para a arrecadação do município e atendendo também os municípios vizinhos.

REQUERIMENTO

De conformidade com o expediente em poder do Deputado Estadual infra-assinado, o Senhor Primeiro Secretário encaminhou ao Senhor Noel Lobo Guimarães, em data de 22 de março de 1976, pedido de Informação aprovado por esta Casa em data de 16 de março próximo passado e de autoria do mesmo Deputado que este subscreve, sem qualquer resposta até o presente.

Para os fins de direito, requer a Vossa Excelência se digne

mandar certificar a data em que foi recebido pela parte o mencionado Pedido de Informações e se no encaminhamento do pedido foram observadas as disposições constitucionais em que se enquadrou o requerimento ou seja, os artigos 16, V e 20, § 2.º, da Carta Estadual, fornecendo ao Requerente certidão de inteiro teor a respeito de tais atos e fatos.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1976.

(a) MUGGIATI FILHO).

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, voto de congratulações ao Instituto Nacional de Previdência Social, através do Superintendente no Paraná, Sr. Roberto Sérgio Correa Alves, pela comunicação da futura instalação de uma agência deste Instituto na cidade de Francisco Beltrão.

Requer, outrossim, seja comunicada aquela autoridade do conteúdo do presente.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1976.

(a) DENI SCHWARTZ.

JUSTIFICATIVA:

- 1- A instalação de uma agência do INPS em Francisco Beltrão é antiga aspiração da região;
- 2- A futura instalação trará a toda a região, que tem como polo, Francisco Beltrão, melhoria dos serviços atendidos pelo INPS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja enviado Telex ao Exmo. Sr. Ministro da Aeronáutica, reivindicando apoio aspirações Curitiba-Maringá, que através Assembléia Legislativa propõe concessão linha aérea Vasp estabelecendo ligação SÃO PAULO-CURITIBA MARINGÁ-CAMPO GRANDE em nome povo paranaense particularmente co-estaduanos Maringá e região, agradece atenção V. Exa., pelas providências que culminaram com a liberação da pista de pouso da cidade de Maringá, para que desta data em diante poderá admitir operação Boeing 737, conforme parecer Engenheiro Ubiratã Gomes, representante do DAC expedido 5.º Comando Aéreo Porto Alegre 23/5/76, agradecem ainda, solicitação torre de controle aeroporto referida cidade.

Senhor Ministro, a liberação do campo pouso de Maringá certamente merecerá reformulação por Decreto 76590 retirando-se qualificação 3.º nível progressista região e admitindo voos regulares atendimento Vasp, de vez que demais empresas declararam publicamente impossibilidade estabelecer transporte aéreo.

Cumprir conduzir informação V. Exa. Maringá, terceira cidade do Estado do Paraná, décima terceira cidade do interior do Brasil, prioridade um, plano tripolar de desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1976.

(aa) Valter Pietrângelo, José Domingos Scarpelini, Nilso Sguarezi, Antônio Facci, Lúcio Machado, Muggiati Filho, Ezequias Losso, Werner Wanderer, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Edilson Alencar, Enéas Faria, Quielse Crisóstomo, Egon Pudell, Basilio Zanusso, Osvaldo Macedo, Jurandir Messias, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Gabriel Manoel, Jorge Sato, Jayme Rodrigues Carvalho, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho, Luiz Carlos Zuk, Lineu Turra e Deni Schwartz

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Enéas Faria. (Pausa).

Não se encontrando presente o mesmo, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, encaminhamos à Mesa, o requerimento de júbilo e congratulações pela data do cinquentenário da Diocese de Jacarezinho, muito bem representada por S. Exa. Revmo. Bispo Dom Pedro Filipak.

Queria informar a esta Presidência e as doudas bancadas desta Assembléia, que Jacarezinho, a cidade do Norte Pioneiro, teve a satisfação e a honra de comemorar, neste mês, o cinquentenário de sua paróquia, de sua diocese, a diocese que nos idos de 1950, foi a terceira diocese no Brasil.

Hoje, está representada por um homem humilde, um sacerdote que luta por suas almas, que luta por suas paróquia, que é Dom Pedro Filipak.

Então, como se comemora uma data festiva para o povo católico, para o povo cristão, para o povo ecumênico, não poderia deixar de, neste instante, comemorar o jubileu de ouro e as festividades que tiveram início no dia 12 e foram encerradas com procissão e desfile de carros religiosos-alegóricos.

Dia 16, a programação teve início com a concentração de Congregações Marianas, na Catedral Diocesana, na qual compareceram 2.000 congregados marianos.

Participaram da concentração, o Reverendíssimo Nuncio Apostólico, D. Carmine Rocco, Dom Pedro Filipak, 3 Arcebispos, diversos Bispos e grande número de padres e autoridades de Jacarezinho e de outras cidades da diocese.

Das 9, às 14, horas 30 min., realizou-se, no Colégio Cristo Rei, a grande Ultreya do Jubileu, com participação do Cursilho da Cristandade, durante a qual compareceram o Revmo. Nuncio com os Arcebispos, Bispos e Padres. No Lar São Vicente de Paula, houve concentração do Apostolado da Oração, do Movimento Familiar Cristão e outros movimentos religiosos da diocese.

Enquanto que no asilo, realizou-se a Assembléia dos Vicentinos. Em todas essas concentrações, as autoridades eclesiásticas estiveram presentes.

O ponto alto das festividades foi a Santa Missa concelebrada, às 15,00 horas, em frente à Catedral de Jacarezinho, pelo Reverendíssimo Dom Carmine Rocco, Dom Pedro Filipak e os Arcebispos de Diamantina, Londrina, Curitiba e dos Bispos de Maringá, Apucarana, Cascavel, Paranaguá, Guarapuava, Umuarama e os Bispos Auxiliares de Curitiba e todo o Clero da diocese, além da presença de grande número de Irmãs, Seminaristas, autoridades e representantes das paróquias pertencentes à diocese de Jacarezinho.

Mas de vinte mil pessoas lotaram a Avenida defronte a Catedral. Após a Santa Missa houve magnífico desfile de carros religiosos-alegóricos, com cenas da Bíblia. Cada paróquia representava uma passagem bíblica. Santo Antonio da Platina representou a Santa ou a Instituição da Eucaristia.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Sr. Deputado, V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. GABRIEL MANOEL — Santo Antonio da Platina repre-

sentou a Santa ou a instituição da Eucaristia. Então, é isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que poderia continuar lendo esta publicação da "Tribuna Platinense" que mereceu, até, um destaque no Estadão, no "O Estado de São Paulo" e, é para euforia nossa que estamos, neste instante, trazendo esta notícia para que o Clero do Paraná, o Clero do nosso Norte Pioneiro, saiba que também a Assembléia está jubilosa com esta data festiva, que foi doze do corrente.

E queremos agradecer aqui todos e agradecer a douda Assembléia ao encaminhar o nosso requerimento, e pedir aprovação aos colegas da bancada da Arena e do MDB., para que S. Exa. Revmo. saiba que, em nossos corações, estamos pedindo paz e tranquilidade para este povo bom do nosso Norte Pioneiro.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, terceiro orador inscrito.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O Paraná hoje, mais particularmente a sua classe política, recebe honrosa delegação da Europa, constituída por parlamentares, políticos que militam em um sistema diferente a este nosso, mas que nos honram com suas presenças hoje, inclusive a esta Casa e ao nosso Governo, para sentir de perto e traduzir através das suas presenças, aquilo que nós desenvolvemos nesta Nação e que mais particularmente a classe política desenvolve neste País.

E não poderia de forma alguma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, passar despercebido por nós que somos de um partido que é conhecido de oposição ao governo, mas que fazemos parte deste mesmo governo, que não iríamos nesta oportunidade aproveitarmos desta situação e vermos de que mesmo naquele país, aonde é desenvolvida uma outra forma de governo, vamos na presença desta comitiva todas as representatividades, principalmente o mundo católico representado por um Sr. Deputado que se faz presente nesta comitiva.

Serve aquele pequeno país de exemplo e dignidade política, mesmo ocupado por um outro sistema, que traz a nós aquilo que nós sentimos e aquilo que nós aqui no país acreditamos e nos valem a fazer presente a nossa representatividade em todas as oportunidades possíveis.

Que tenham esses senhores visitantes o respaldo e o carinho de todos os parlamentares desta Casa, que tenham através das nossas presenças, as presenças de todos os Srs. paranaenses.

E queremos tão somente conclamar a esta Presidência e aos Srs. Deputados, já feito por esta Presidência de Paulo Camargo, ratificado neste nosso pedido, que vamos de encontro a esses Senhores Parlamentares para deles e de nós traduzirmos aquilo que efetivamente é uma democracia aberta e cristã em nosso país.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Deputado Jayme Rodrigues carvalho, quarto orador inscrito.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tivemos no ano passado a oportunidade de, desta tribuna, requerermos uma emenda ao Orçamento do Estado, no sentido de que se destinasse uma verba à Casa do Estudante Universitário.

Acharam por bem os Srs. Deputados, por sua maioria, negar a emenda. Naquela época, Sr. Presidente, Srs. Deputados nós já denunciávamos a triste situação em que se encontrava

a Casa do Estudante Universitário. Tivemos a oportunidade, inclusive, e o capricho para que não se estudasse a situação caótica daquela Entidade com fotografias, e levar diversos Deputados, para, in loco, observar aquele abuso e aquela calamidade pública.

Não fomos atendidos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, As nossas palavras não ecoaram e não surtiu efeito: a situação continua cada vez pior, e o jornal "A Tribuna", de ontem, traz em manchete o seguinte artigo:

"Há três dias, a Casa do Estudante Universitário está em dificuldades, não está conseguindo atender decentemente a alimentação de seus 360 funcionários, 40 vestibulandos e mais os 500 mensalistas que fazem suas refeições. Os motivos são muitos, principalmente a falta de condições de equipamento de cozinha, e a falta de verba para a reforma deste equipamento. O Presidente da Casa, José Francisco Viana, diz que "até agora agi com cautela e esperava uma melhora, ou ao menos uma atenção maior por parte das autoridades governamentais".

E segue, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este artigo que nós haveremos de anexar ao requerimento que fazemos hoje.

É uma vergonha, que o estudante do Paraná, Estado que tem no Ministério de Educação e Cultura um representante paranaense, esteja sofrendo esta verdadeira calamidade pública. A Casa do Estudante Universitário de Curitiba, que segundo o relato daquela entidade, seus dirigentes, durante o ministério do Coronel Jarbas Passarinho, frente à Pasta de Educação e Cultura, foi considerado como um modelo da Casa do Estudante do Brasil, tendo recebido estagiários, dirigentes de outras casas, a fim de que pudesse apoveitar as experiências aqui arroladas ao longo de 27 anos.

Sem condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de fazerem a alimentação porque a cozinha ameaça cair, e o pior, Sr. Presidente, é que enquanto o governo não atende os pedidos dos estudantes universitários daquela Casa, por outro lado, a Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, tendo em vista a péssima situação em que se encontra aquela Casa, nega alvará para funcionamento. E a Casa do Estudante Universitário, infelizmente, para nossa tristeza, encontra-se até hoje funcionando sem alvará.

Porisso, Sr. Presidente, mais uma tentativa, nós dirigimos o seguinte requerimento, que encaminhamos à Mesa. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, seja enviado expedientes a S. Exa. o Sr. Ministro Ney Braga, da Educação e Cultura, e à S. Exa. o Sr. Governador do Estado. e S. Exa. o Sr. Secretário da Educação e Cultura, dirigindo-lhes veemente apelo, no sentido de que seja solucionado, com a máxima urgência, a triste situação da Casa do Estudante Universitário, de Curitiba, e suas instalações.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1976.

(a) JAYME RODRIGUES CARVALHO"

Era só, Sr. Presidente. Muito obrigado. — (sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Queremos registrar a honrosa visita do Sr. Prefeito de Maringá, Sílvia Magalhães Barros. As boas vindas e uma feliz estadia em nossa Casa.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 39/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de Cruzeiro do Oeste, objetivando execução de reparos no prédio destinado às instalações da sede do 7º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Paraná, na sede do referido Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 39/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 17 de dezembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria do Interior com o Município de Cruzeiro do Oeste, objetivando a execução de reparos no prédio destinado às instalações da sede do 7º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Paraná, na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1976.

aa) Basílio Zanusso, Presidente; Luiz Alberto Oliveira, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 40/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de Matelândia objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual Euclides da Cunha, Grupo Escolar D. Pedro II, Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 40/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 10 de dezembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o Município de Matelândia, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual Euclides da Cunha, o Grupo Escolar D. Pedro II, a Delegacia de Polícia e a Cadeia Pública, na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1976.

aa)

Basílio Zanusso

Presidente

Luiz Alberto Oliveira

Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 41/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o Município de Nova Londrina, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município. — **APROVADO**.

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 41/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 07 de janeiro de 1976, pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o Município de Nova Londrina, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1976.

a) Basílio Zanusso, Presidente; Luiz Alberto Oliveira, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 12/76, que declara de utilidade pública a Congregação das Irmãs Missionárias do Santo Nome de Maria, com sede no município de Maringá. — **APROVADO**.

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 12/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DO SANTO NOME DE MARIA DE MARINGÁ, com sede na cidade de Maringá.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1976.

aa) Basílio Zanusso, Presidente; Luiz Alberto Oliveira, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 13/76, que declara de utilidade pública a Associação do Incentivo ao Desenvolvimento Social da Comunidade de Maringá. — **APROVADO**.

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 13/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA COMUNIDADE DE MARINGÁ, com sede na cidade de Maringá.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publica-

ção, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1976.

aa) Basílio Zanusso, Presidente; Luiz Alberto Oliveira, Relator.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do expediente, solicitando se digne mandar certificar a data em que foi recebido pela parte, o Pedido de Informações aprovado por esta Casa em data de 16 de março próximo passado, fornecendo ao requerente certidão de inteiro teor a respeito de tais atos e fatos. — **Ao Sr. 1º Secretário, para providenciar.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Radio Difusora de Ponta Grossa, que conseguiu uma vez mais o primeiro lugar de audiência popular pesquisada pelo IBOPE' — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Federação Paranaense de Futebol de Salão, pelos valiosos e relevantes serviços que vem prestando à comunidade paranaense. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando seja enviado telex ao Sr. Ministro da Aeronáutica, reivindicando apoio às aspirações de Curitiba - Maringá, que através desta Casa propõe concessão da linha aérea VASP estabelecendo ligação São Paulo - Curitiba - Maringá - Campo Grande. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Instituto Nacional de Previdência Social, pela comunicação da futura instalação de uma agência deste Instituto, na cidade de Francisco Beltrão. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel constante do expediente, solicitando voto de júbilo e congratulações pelo transcurso no dia 16 último, do Jubileu de Ouro da Diocese de Jacarezinho. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, lido da tribuna, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro da Educação e Cultura, Governador do Estado e Secretário de Educação e Cultura, formulando apelo no sentido de que seja solucionado a triste situação da Casa do Estudante Universitário de Curitiba e suas instalações. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à "Voz do Paraná", que comemora seus 20 anos de fundação, juntamente com a Gráfica Voz do Paraná Ltda., e a Editora Evopar Ltda. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à EMBRATER do Ministério da Agricultura, pelos seus esforços em benefício da terra e da comunidade. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando seja enviado expediente ao Sr. Superintendente Regional da Receita Federal, visando a instalação de um Posto da Receita Federal em Mandaguari, uma vez que o atual posto de Maringá, será elevado em breve à categoria de Delegacia.

— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja enviado à Bancada Paranaense no Congresso Nacional, pedido de rejeição ao Projeto de Lei, do Executivo, que impede a candidatos a prefeito e vereadores, exporem suas campanhas pelo rádio e televisão. — Em votação.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há situações que deixam uma bancada na contingência de ter que tomar uma posição. Quando a manifestação do Diretório Nacional do nosso Partido, e quando existem, sobre o assunto, definições dos nossos líderes maiores, e no caso existem pronunciamentos do eminente Deputado José Bonifácio, líder da ARENA e do Senador Petrônio Portela, líder do nosso Partido no Senado da República; como de resto também existe a manifestação, de apoio expressa em pronunciamento pelo eminente Deputado Francelino Pereira, Presidente Nacional da ARENA. De outro lado, ouvimos, assistimos, as manifestações do Deputado Laertes Vieira, líder do MDB na Câmara dos Deputados e também, a respeito da matéria, um pronunciamento contrário do MDB emitido pelo eminente Presidente Nacional do MDB, que conceituando a posição de ambos os Partidos, deixa, às bancadas estaduais, a condição de, seguindo as lideranças maiores dos Partidos, não discordarem pessoalmente. Portanto, já houve posição firmada pelos Partidos, no âmbito federal.

Verifico, Sr. Presidente, que o eminente Deputado Nilso Sguarezi provoca, através de um requerimento de sua lavra, pronunciamentos desta Casa, contrários à mensagem governamental que pretende regulamentar dispositivos da Lei Eleitoral, no tocante à propaganda eleitoral para as eleições municipais.

Concordamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que esta seja a posição adotada pela ilustre bancada do MDB. Nem poderia deixar de ser outra, a posição do MDB.

Todavia, Sr. Presidente, não poderia a ARENA contando, eventualmente, com uma minoria na hora da votação de uma matéria desta natureza, ser identificada como favorável à proposição do eminente Deputado Nilso Sguarezi.

Gostaria, Sr. Presidente, de, nesta oportunidade, procurar conceituar comportamento da bancada para que, no futuro, quando matéria objeto de discussão, e com a posição já adotada pelos partidos, no âmbito nacional, seja possível seguir a posição dos maiores do Congresso Nacional. E, no caso, a posição adotada é contrária aos termos do requerimento. Porque, estamos na contingência de, votando contra, porque somos contra, somos contra aos termos do requerimento, porque favoráveis somos à proposição do Executivo Federal, sermos identificados como contrários à matéria oriunda do Executivo Federal.

Outra dúvida, Sr. Presidente, me preocupa. Gostaria de saber o que a Presidência entende por matéria constante da Ordem do Dia. Porque, regimentalmente, Sr. Presidente, não serão abonadas as faltas do Deputado quando matéria constante da Ordem do Dia não for votada e tiver sua votação adiada para a sessão seguinte. Se entende a Presidência que requerimentos não anunciados, com antecedência de 24 horas, não constantes, portanto, da Ordem do Dia, possam ser tidos como matéria constante da Ordem do Dia.

Porque, verificamos que ontem, Sr. Presidente, numa verificação de votação, com posterior chamada nominal, constatou-se a inexistência de quorum para votação da matéria e, como tal,

os Srs. Deputados que não responderam a chada, terão forçosamente, suas faltas anotadas, sem que se lhes dê oportunidade de abonar, como regimentalmente é possível que ocorra.

A dúvida que levanto, Sr. Presidente, é como procederá a Mesa no caso em tela, desde que esse requerimento não possa, no meu entender, se afinar como matéria constante da Ordem do Dia, porque a Ordem do Dia foi ontem, e hoje, devidamente votada. Nenhuma matéria constante da relação da Ordem do Dia teve sua discussão adiada e votação adiada. Isso ocorreu tão somente quando da votação de um requerimento que, no meu entender, não é e não consta da Ordem do Dia, para que da decisão da Presidência, possa esta liderança também adotar posição na sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Eminente Deputado Ivo Thomazoni, compreendo o alto alcance da pretensão de V. Exa.

Infelizmente somos levados a despachar conforme determina o Regimento Interno da Casa, que estabelece no seu artigo 194, parágrafo 2º, que o Deputado que deixar de votar, ainda que tenha comparecido, terá a diária descontada, desde que a sessão seja interrompida ou adiada por falta de número.

Entendemos ainda, conforme estabelece o Regimento Interno, que a Ordem do Dia, é parte da sessão plenária deste Poder. E os requerimentos apreciados, constam e fazem parte dessa determinação por parte da sessão plenária, ou seja, da Ordem do Dia.

Portanto, infelizmente, conforme determina o Regimento Interno, se transferida, adiada ou suspensa a sessão por falta de número, as diárias serão descontadas.

O SR. IVO THOMAZONI — Acato a decisão da Mesa, e formulo outra questão de ordem. Se V. Exa. receberia voto em separado da ARENA em termos do requerimento, e se possa identificar a posição da ARENA diante do problema que estamos votando.

O SR. OSVALDO MACEDO — (Pela ordem)

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Solicitaria tão somente para responder questão de ordem já formulada e, em seguida, com grande satisfação, concederei a palavra a V. Exa.

Solicitaria ao Deputado Ivo Thomazoni que me permitisse conceder a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo, para que não seja cortada a continuidade da sessão. Em seguida, darei o despacho à questão requerida por V. Exa. Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O requerimento apresentado pelo Deputado Nilso Sguarezi pede a manifestação do Poder Legislativo, da Assembléia Legislativa e não de bancada. Não se tratou do requerimento de uma bancada, mas de um Deputado membro deste Poder.

Se qualquer bancada, se qualquer partido quiser se manifestar que o faça, mas a manifestação pretendida, através do requerimento do Deputado Nilso Sguarezi, é em nome desta Casa e não em nome de qualquer de suas bancadas.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Inicialmente, respondendo a questão de ordem de V. Exa., Sr. Deputado Ivo Thomazoni, tivemos a cautela de convidar o eminente autor do requerimento para consultá-lo da viabilidade, visto que a matéria lhe

pertence e, tão somente, a matéria poderá ser modificada através da decisão soberana do plenário com a sua não concordância pela exclusão do termo que designa este Poder como autor do Requerimento. Mas, nos resta, para atender parcialmente a V. Exa. a lembrança de que a votação nominal para a matéria poderá ser requerida, o que resguardará a posição que V. Exa. almeja para o seu Partido e para sua bancada nesta Casa.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, agradeço a decisão da Mesa, mesmo porque o eminente líder do MDB em questão de ordem, conceituando a posição da bancada, haverá de entender uma posição que possa parecer, de pouca coerência a nossa.

Acreditamos que após esta sessão poderia a liderança, convocando uma reunião de sua bancada, manifestar através de Telex, posição favorável, dando como vontade unânime da bancada da ARENA e poderia, em chegando a outra manifestação, dirimir qualquer dúvida.

Esta é uma dúvida que levantei no encaminhamento da votação para que no futuro nós possamos nos situar melhor diante de matéria polêmica desta natureza. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (De! Ciel) Continua em votação o requerimento do Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. ACCIOLY NETO — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Assembléia vive, em razão deste requerimento, uma situação singular e ao mesmo tempo controlada.

Requer, o eminente Deputado Nilso, a manifestação do Poder mas este Poder é composto por duas facções distintas, a Aliança Renovadora Nacional e o Movimento Democrático Brasileiro.

Se ambas representam através de seus representantes o pensamento de parcelas distintas do povo, as parcelas que pensam de acordo com o programa doutrinário da ARENA e a parcela que entendo mais válida, a programação do Partido da Oposição. De qualquer forma, as decisões que se tomam em nome do Poder não podem, não devem, ter conotação política sob pena de se tornar em primeiro lugar leviana, porque passional; em segundo lugar sem validade alguma porque não representam o Poder mas apenas parcela do Poder.

Ordenamento jurídico constitucional, quer no Estado Federativo, quer no Estado Unitário, é absolutamente simétrico no sentido de que há uma repartição de competências, de forma que seja possível a atuação dos poderes constituídos do Estado, sem que nesta atuação destes poderes haja o entechamento de competências.

No nosso regime que é o Federativo, há um plano nacional, um plano estadual e um plano municipal. Por esta razão é que se constituiu um Poder Executivo da União, um Poder Legislativo da União e de igual forma um Poder Executivo do Estado e um Poder Legislativo também do Estado e por último no âmbito municipal também há um Poder Executivo, um Poder Legislativo. A cada um destes Poderes reserva a Constituição Federal uma gama de atribuições que lhes são próprias, inerentes e exclusivas. O que cabe ao Poder Legislativo Federal legislar, não compete à Assembléia ou à Câmara de Vereadores nisso se imiscuir. O que compete por outro lado, às Assembléias Legislativas legislar, não pode, de forma alguma, o Congresso Nacional ou a Câmara dos Vereadores ali se intrometerem. E por último, o que compete a uma Câmara Municipal, é de sua exclusiva alçada e

e não pode o Congresso interferir como não pode a Assembléia Legislativa. É esta simetria que está caracterizada na Constituição Federal.

Nesta mesma Constituição se estabelece claramente que compete à União legislar, sobre matéria eleitoral. A União a que se refere a Constituição é constituída de um lado pelo Poder Executivo e do outro pelo Poder Legislativo. Se assim é, é porque a Constituição não outorga o Estado, nem o Município, fração de competência desta matéria, só ao Congresso Nacional é que cabe opinar e decidir sobre questões relativas ao processo eleitoral. Quando se elegem os Deputados Federais, os Senadores, os Deputados Estaduais e os Vereadores. É válida a premissa segundo a qual cada um desses homens tem suficiente capacidade de discernimento para exercer a representação que lhe é outorgada pelo mandato popular. Seria um absurdo pretendermos que nós aqui nesta Casa, que os Deputados Federais, os Senadores e Vereadores investidos nos respectivos mandatos, não tivessem, por si sós, sem subsídios de alguém, a capacidade de decidir sobre qualquer matéria de sua competência; a não afirmar isto, nós teríamos que reconhecer que nós próprios estamos no lugar errado, que o Congresso Nacional não exerce suas atribuições e que a Câmara de Vereadores não poderia, jamais, funcionar. Mas esta não é a realidade e tanto não é realidade, que, em diversas oportunidades, desde o início da atual legislatura, o Congresso Nacional, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, tem legislado sobre matérias de mais alta relevância. E não foi preciso, em vez alguma, que esta Assembléia se pronunciasse, determinando, aos seus representantes, que tivessem este ou aquele comportamento; também, em sentido contrário, nós jamais precisamos que alguém do Congresso Nacional ou de uma Câmara de Vereadores, nos determinasse que comportamento deveríamos ter ao votarmos determinada matéria; cada um de nós, aqui, no Congresso Nacional ou mesmo o Vereador, tem a suficiente capacidade para, no momento em que for chamado a se pronunciar, votar de acordo com aquilo que entenda seja o mais correto.

Ainda em data recente esta Casa, pela voz autorizada de alguns de seus Deputados, repeliu uma manifestação dos Deputados Federais, que pretendiam que esta Assembléia tivesse um determinado comportamento; não aceitava de forma alguma, como jamais aceitará, a ingerência a casos que estão no elenco da competência exclusivamente nossa.

Porisso mesmo não vejo como a Assembléia, como um Poder possa ficar ingerindo-se num assunto que é de exclusiva competência da Câmara e Senado Federal. Isto seria aqui um desdouro para a nossa representação, porque parecerá, àqueles que representam o Paraná e que se encontram em Brasília, que, eles não têm condições de por si só votarem tal matéria, sendo preciso, e assim a Nação entenderá, que os Deputados Estaduais mais sábios, mais inteligentes, mais conhecedores, informem, a eles, qual a decisão que deve ser tomada.

Mas, se assim procedermos, jamais poderemos negar que amanhã o Deputado Federal ou mesmo o Vereador, de dedo em riste nos determine qual o caminho que deveremos tomar.

E se esta é a situação que os Srs. querem, não é a situação, todavia, que eu quero e que muitos também não querem.

Eminente Deputado Nilso Sguarezi, desde o início desta primeira legislatura, tenho sido o que mais aplaude as iniciativas de V. Exa., sempre o tive como um homem inteligente e não me fute de dizer, seguramente, o mais competente aqui dentro desta Casa. Mas, desta vez, com sua permissão, quero discordar de V. Exa.

O seu requerimento é de uma impropriedade absoluta e também está grávido de defeitos irreparáveis, porque, quer estabelecer uma posição partidária em nome de um Poder mas não é e V. Exa. bem o sabe, o Poder que irá se manifestar, uma parcela que eventualmente por contingências várias consegue obter uma simples maioria — mas a democracia, e também V. Exa. disto está ciente, não é feita só das maiorias.

Se assim fosse, o direito das minorias deixaria de existir e o Sistema não mais seria o Democrático.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) O tempo se esgota e esta Presidência solicita que encerre.

O SR. ACCIOLY NETO — Desta forma, Sr. Presidente e Srs. Deputados, resta-me apelar, tão somente, ao bom senso que sempre tiveram os eminentes Deputados do MDB, com os quais, em diversas oportunidades, estive junto, contrariamente às vezes, ao meu próprio Partido.

Muito obrigado, Sr. Presidente - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, que requer votação nominal para o requerimento do eminente Deputado Nilso Sguarezi. Em votação. — APROVADO. Continua em votação, requerimento do Sr. Deputado Nilso Sguarezi. Esta Presidência solicita ao Sr. 1º Secretário para que proceda votação nominal.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, pela ordem, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Pela ordem, com a palavra o Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Apenas para que, seguindo medida posterior, solicitaria que o Sr. 1º Secretário identificasse nominalmente, os Srs. Deputados que votarem a favor e contra a proposição.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Com a palavra o Sr. Deputado Muggiati Filho, para encaminhar a votação.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Requer o eminente Deputado Nilso Sguarezi, seja enviado à bancada paranaense no Congresso Nacional, pedido para rejeitar projeto de lei que veda os partidos políticos utilizarem-se do rádio e televisão.

Primeiramente, Sr. Presidente, admitimos que a inclusão, inclusive, pretendida pelo nobre líder do Governo, do voto em separado, seja debatida e usada no sentido de prolongar a discussão. Mas, Deputado dos mais antigos e ilustres desta Casa, sabe bem V. Exa., que cada um de nós tem como direito, até indeclinável, de fazer constar dos Anais da Casa nosso voto, a nossa declaração em separado sobre qualquer projeto ou matéria que seja discutida ou votada pela Casa.

Mas, o nosso voto em separado, seja individual ou coletivo, possa representar até o voto de uma bancada, nunca poderá, em absoluto, interferir ou modificar a matéria que está sendo votada, porque, neste caso, teríamos que ter, teríamos leis, neste País ou neste Estado, onde se recorreria ao voto em separado dessa lei. Seria o absurdo da inexistência de uma lei.

De novo que, nos concordamos que V. Exa. faça constar o voto separado, a sua situação de voto sobre a matéria em discussão, Nunca, porém, qualquer interferência na matéria que está

sendo discutida. Mesmo proque, não é de hoje que a maioria nesta Casa, a maioria no sentido político partidário é transitória, varia de acordo com a presença dos representantes. E é um fato muito importante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nós devemos observar e que nos parece que a maioria não está observando. É o de que, muitas vezes há a manifestação pela omissão da presença dos Deputados em Plenário.

Quem pode dizer que os Deputados da ARENA, ausentes a esta sessão, não fazem da sua ausência o voto coerente com o requerimento do Deputado Nilso Sguarezi, porque também não admitem o cerceamento do direito e na liberdade que deve existir em nosso País, de pronunciamentos dos partidos através do rádio e televisão.

Veja, Sr. Presidente, que nós não queremos estabelecer polêmica com o discurso do eminente Deputado Accioly Neto, mas que S. Exa. tergiversou para chegar as suas conclusões, é inegável. Porque, nós não estamos legislando sobre matéria de esfera federal; nós não estamos nos imiscuindo com matéria de esfera federal, nem nos ingerimos em matéria do âmbito municipal, quando em projetos de interesse dos municípios solicitamos os pronunciamentos das Câmaras de Vereadores. como ocorreu há não muito tempo, nesta Casa, por ocasião da elaboração da Lei Orgânica dos Municípios. E também, como em data de ontem ocorreu, quando se aprovou aqui um voto de aplauso à aprovação, na Comissão de Serviço Público, de um projeto de lei que visa estabelecer o décimo terceiro salário na esfera federal para os funcionários civis e militares de todos os graus.

De modo que não está havendo em absoluto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, data vênica e com todo o respeito que nos merece a figura do eminente Deputado Accioly Neto, qualquer ingerência quando se procura apenas fazer do pensamento coletivo uma manifestação de vontade, principalmente ainda, Sr. Presidente, quando se sabe que este projeto de lei não é de iniciativa do Poder Legislativo Brasileiro, mas sim, de iniciativa do Ministro da Justiça, tanto que está cognominado “Projeto Falcão”. Portanto, de iniciativa daqueles que detêm o poder legal e arbitrariamente neste país, que usam do poder na forma da Lei e também sem a forma da lei.

Há consequentemente, validade para manifestação, não só do Poder Estadual, não só do Poder Legislativo Municipal, em caso desta natureza, mas de todas as entidades, de qualquer cidadão existente neste país, de qualquer cidadão no uso de sua razão, para protestar contra uma lei que realmente vem ferir a tradição liberal do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Continua em votação o requerimento do eminente Deputado Nilso Sguarezi. A Presidência solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda a votação nominal. Esta Presidência anuncia ainda que os Srs. Deputados que votarem pela aprovação do requerimento deverão votar “Sim”; e os que rejeitam, deverão votar “Não”.

O SR. 1º SECRETÁRIO — **Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados).**

Paulo Camargo
Del Ciel — “Sim”

Maurício Fruet
Leopoldo Jacomet
Adalberto Daros

Antonio Facci — “Sim”
Basílio Zanusso
David Federmann

Gabriel Sampaio
Aguinaldo Pereira Lima
Fidelcino Tolentino — “Sim”
Accioly Neto — “Não”

Alfredo Gulin
Aragão de Mattos Leão
Dácio Leonel
Deni Schwartz — “Sim”

Domício Scaramella	Edilson Alencar — Sim
Egon Pudell — Não.	Enéas Faria — Sim
Ernesto Dal'Oglio	Ernesto Gnoato
Ezequias Losso — Não	Fabiano Braga Cortes — Não
Francisco Escorsin	Fuad Nacli
Gabriel Nanoel — Não	Gilberto Carvalho
Hélio Manfrinato	Ivan Rüppel
Ivo Thomazoni — Não	Jayme Rodrigues Carvalho — Não
João Cioni Netto	José Domingos Scarpelini — Sim
Jorge Sato — Não	Jurandir Messias — Não
Lázaro Dumont	Lineu Turra — Sim
Lúcio Machado	Luiz Alberto Oliveira
Luiz Carlos Zuk	Luiz Roberto Soares
Muggiati Filho — Sim	Nelson Buffara
Nilso Sguarezi	Oswaldo Macedo
Otássio Pereira	Quielse Crisóstomo — Não
Rosário Pitelli	Trajano Bastos — Sim
Valter Rietrângelo — Sim	Waldenício Barbalho — Sim
Werner Wanderer — Não	Wilson Fortes.

O SR. OSVALDO MACEDO — (Para uma questão de ordem).
Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel). O eminente 1º Secretário vai proceder a chamada dos Srs. Deputados que compareceram à votação.

O Sr. 1º Secretário — (Faz a chamada).

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel). Antes de anunciar o resultado, esta Presidência solicita ao Sr. 1º Secretário, que não compute o voto deste Deputado que preside a sessão, somente em caso de empate.

Votaram 32 Srs. Deputados.

19 Srs. Deputados responderam "sim".

13 Srs. Deputados responderam "não".

Aprovado, o requerimento do Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 31, à hora regimetal, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 43/76.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 45/76.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 102/75, 183/75, 20/76 e 21/76.

Levanta-se a Sessão.

RESOLUÇÕES:

RESOLUÇÃO Nº 36/76

DATA: 21 de maio de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Terra Rica, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica na sede do referido município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 07 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Terra Rica, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual Santo Inácio de Loyola, o Grupo Escolar Rosalina de Moraes, a Escola Técnica de Comércio e a Unidade Sanitária, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21/05/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 35/76

DATA: 21 de maio de 1976.

SÚMULA: Aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Maria Helena, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 26 de novembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Maria Helena, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21/05/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 37/76

DATA: 21 de maio de 1976

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Nova Esperança, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 25 de novembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Nova Esperança, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21/05/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 38/76

DATA: 21 de maio de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social e da Secretaria do Interior, com o município de Guaraniaçu, objetivando construção de prédio destinado a Unidade Sanitária, na sede do referido município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 17 de dezembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social e da Secretaria do Interior, com o município de Guaraniaçu, objetivando a construção de prédio destinado à Unidade Sanitária, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 21/05/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 39/76

DATA: 21 de maio de 1976.

SÚMULA: Aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social e da Secretaria do Interior, com o município de Francisco Beltrão, objetivando construção de prédio destinado ao Centro de Saúde com sede no referido município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 17 de dezembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social e da Secretaria do Interior, com o município de Francisco Beltrão, objetivando a construção de prédio destinado ao Centro de Saúde do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 21/05/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 40/76

DATA: 21 de maio de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Salto do Itararé, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar “Antonio Delfino Frago”, na sede do referido município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 18 de dezembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Salto do Itararé, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar “Antônio Delfino Frago”, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
Presidente

PORTARIAS:

PORTARIA Nº 283/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4125, de 17 de maio de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar o item II, da Portaria 212/76, de 03 de maio de 1976, que lotou o funcionário MAXIMINIO CARDOSO, matrícula 573, ocupante do cargo de nível PL “23”, da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Departamento de Divulgação Legislativa e Relações

Públicas; e,

II — lotar, o funcionário acima referido, no Departamento Administrativo, a partir de 18 de maio de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de maio de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
Diretor Geral

PORTARIA Nº 282/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4509, de 25 de maio de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

revogar a Portaria 432/75, de 08 de agosto de 1975, que designou o recluso JOÃO KLEINEIBING, para prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado Domício Scaramella.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de maio de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
Diretor Geral

PORTARIA Nº 281/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4511, de 25 de maio de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 1/76, ao funcionário LORIS CORDEIRO DE BARROS, matrícula 128, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de maio de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
Diretor Geral

PORTARIA Nº 280/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

I — revogar a Portaria 147/75, de 03 de abril de 1975, que designou a funcionária ALBA LÍGIA ARAUJO E GARCIA, matrícula 111, ocupante do cargo de nível PL “28”, de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços de Assessoramento na Liderança da ARENA;

II — designar, a funcionária acima citada, para prestar serviços na Divisão de Redação dos Debates e Diário da Assembléia, do Departamento Legislativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de maio de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
Diretor Geral

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/74

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta dos processos protocolados sob os nºs 11880 e 11922/73, de 28 e 29 de novembro de 1973, respectivamente, deste Poder,

RESOLVE:

Art. 1º — O inciso XII, do Art. 4º, do Decreto Legislativo 409/67, de 31 de julho de 1967, passa a ter a seguinte redação:

"XII - no Gabinete da Diretoria do Departamento Legislativo:

- a) Chefe da Divisão de Ordem do Dia e Autografia;
- b) Chefe da Divisão de Redação de Debates e Anais;
- c) Chefe da Divisão das Comissões.

Art. 2º - Ficam incluídos no Art. 1º, do Decreto Legislativo nº 410/67, de 31 de julho de 1967, as seguintes gratificações de representação:

Chefe da Divisão de Redação de Debates e Anais Cr\$ 1.000,00

Chefe da Divisão das Comissões Cr\$ 1.000,00.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor a partir de 31 de outubro do corrente ano.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08/01/74.

(aa) JOÃO MANSUR - Presidente

JORGE SATO - 1º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 62/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

nomear os seguintes funcionários, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para os cargos em Comissão que especifica, percebendo as vantagens inerentes:

LUCIANO LARCERDA FILHO. Tesoureiro Geral

WILIAN ROLANDO ROMANZINI. Tesoureiro Auxiliar

LUIZ ANTONIO CARON. Tesoureiro Auxiliar

GABRIEL LUIZ FRANCESCHINI. Contador Geral.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17/02/75.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 63/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 804/75, de 31 de janeiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

dispensar a pedido do cargo de Assessor de Gabinete da Segunda Secretaria, o funcionário CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19/02/75.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 64/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1009/75, de 14 de fevereiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

revogar os Decretos Legislativos números 108 e 112, respectivamente de 13 de março de 1973 e 14 de março de 1973, que atribui função gratificada aos funcionários FARID LUIZ GUÉRIOS e SÉRGIO VALÉRIO ANTANUCIO, ambos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20/02/75.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 65/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1009/75, de 14 de fevereiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

dispensar a pedido, os seguintes funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, dos cargos que especifica:

BLUMER BOSQUILIA. Chefe da Divisão de Pessoal

NELSON SILVIO SALLES. Chefe da Secção de Folhas de

Pagamento e Controle Financeiro

ADILSON VICENTINI. Chefe da Secção de Regime Legal

JOSÉ OLÍMPIO SOTTO MAIOR MACEDO. . . Chefe da Secção

de Cadastro de Pessoal

JOSÉ PAULO ORTH. Chefe da Divisão de Contabilidade

JUAREZ DE QUADROS GONÇALVES. . . Chefe da Secção de

Orçamento, Empenho e Requisições.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20/02/75.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 66/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1009/75, de 14 de fevereiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar, os seguintes funcionários, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer os cargos que especifica, percebendo as vantagens inerentes:

JOSÉ OLÍMPIO SOTTO MAIOR MACEDO. . Chefe da Divisão
de Pessoal

ALMIR SANTOS. . . Chefe da Secção de Folhas de Pagamento
e Controle Financeiro

LOIZEL RUPPEL BITTENCOURT. Chefe da Secção de
Cadastro Pessoal

RENE VASCO GARCIA. . . Chefe da Secção de Regime Legal

JUAREZ DE QUADROS GONÇALVES. . . . Chefe da Divisão
de Contabilidade

FARID LUIZ GUÉRIOS. . . Chefe da Secção de Contabilidade

SÉRGIO VALÉRIO ANTANUCIO. Chefe da Secção de
Empenho e Requisições.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20/02/75.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 67/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1009/75, de 14 de fevereiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

atribuir aos funcionários BLUMER BOSQUILIA e ELENI SILVEIRA PAVLOSKI, ambos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, função gratificada correspondente ao símbolo F-4, conforme o artigo 15, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20/02/75.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 68/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no item IV do art. 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970 e no sentido de regulamentar a concessão da gratificação de representação de gabinete aos funcionários do Poder Legislativo:

R E S O L V E:

Art. 1º — A Gratificação de Representação de que trata o item IV do Art. 172, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, é extensiva aos Servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, no que for aplicável, conforme dispõe o Decreto nº 6153 de 21 de julho de 1967, do Governador do Estado, com as alterações estabelecidas pelo Decreto Estadual nº 4166, de 16 de agosto de 1973.

Art. 2º — A gratificação objeto deste Decreto, será concedida e limitada aos servidores ocupantes de um dos seguintes cargos:

I — NOS GABINETES DA PRESIDÊNCIA E DA 1ª SECRETARIA:

- a) um (1) Chefe;
- b) três (3) Assessores;
- c) três (3) Oficiais, e
- d) três (3) Auxiliares.

II — NOS GABINETES DA 1ª E 2ª VICE-PRESIDÊNCIAS:

- a) um (1) Chefe; e,
- b) dois (2) Auxiliares.

II — NO GABINETE DA 2ª SECRETARIA:

- a) um (1) Chefe;
- b) três (3) Assessores;
- c) dois (2) Oficiais; e,
- d) dois (2) Auxiliares.

IV — NO GABINETE DA 3ª E 4ª SECRETARIAS:

- a) um (1) Chefe; e,
- b) dois (2) Auxiliares.

V — NO GABINETE DA DIRETORIA GERAL:

- a) Diretor GERAL;
- b) um (1) Chefe;
- c) um (1) Oficial;
- d) um (1) Auxiliar;
- e) Chefe do Serviço de Cerimonial;
- f) Chefe do Serviço Médico;
- g) Chefe do Serviço Odontológico;
- h) Chefe do Serviço de Assistência Judiciária;
- i) Advogados em efetivo exercício do cargo;
- j) Chefe do Serviço de Assistência Social;
- k) Chefe do Serviço de Segurança;
- l) Chefe do Serviço de Oficina e Manutenção;
- m) Chefe do Serviço de Biblioteca;
- n) Consultor Jurídico.

VI — NO GABINETE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

- a) Diretor do Departamento;
- b) um (1) Auxiliar;
- c) Chefe da Divisão de Assistência Técnica à Mesa;
- d) Chefe da Divisão de Assistência Técnico-Legislativa;
- e) Chefe da Divisão de Assistência Técnico-Administrativa;
- f) Chefe da Divisão de Pesquisa e Documentação;
- g) Assistentes Técnicos em efetivo exercício do cargo.

VII — NOS GABINETES DAS LIDERANÇAS DO GOVERNO, DA ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL E DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO:

- a) um (1) Chefe;
- b) dois (2) Auxiliares.

VIII — NO GABINETE DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS, CONTABILIDADE E PESSOAL:

- a) Diretor do Departamento;

- b) um (1) Auxiliar;
- c) Contador Geral;
- d) Chefe da Divisão de Tesouraria;
- e) dois (2) Tesoureiros Auxiliares;
- f) Chefe da Divisão de Pessoal;
- g) Chefe da Divisão de Contabilidade;
- h) Tesoureiro Geral.

IX — NO GABINETE DO DEPARTAMENTO DE DIVULGAÇÃO LEGISLATIVA E RELAÇÕES PÚBLICAS:

- a) Diretor do Departamento;
- b) um (1) Auxiliar;
- c) Chefe da Divisão de Divulgação;
- d) Chefe da Divisão de Relações Públicas;
- e) quatro (4) Assessores de Relações Públicas.

X — NO GABINETE DO DEPARTAMENTO LEGISLATIVO:

- a) Diretor do Departamento;
- b) um (1) Auxiliar;
- c) Chefe da Divisão das Comissões;
- d) Chefe da Divisão de Taquigrafia;
- e) Chefe da Divisão de Redação dos Debates e Diário da Assembléia;
- f) Secretário de Comissão em efetivo exercício do cargo;
- g) Chefe da Divisão da Ata, Anais e Publicidade;
- h) Divisão de Ordem do Dia e Autografia;
- i) Divisão de Imprensa Legislativa;
- j) Taquígrafo em efetivo exercício do cargo;
- k) três (3) Assistentes de Plenário.

XI — NO GABINETE DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO:

- a) Diretor do Departamento;
- b) um (1) Auxiliar;
- c) Chefe da Divisão de Expediente;
- d) Chefe da Divisão de Protocolo;
- e) Chefe da Divisão de Documentação;
- f) Chefe da Divisão de Compras;
- g) Chefe da Divisão de Almoxarifado;
- h) Chefe da Divisão de Patrimônio;
- i) Chefe da Divisão de Serviços Gerais;
- j) Administrador Geral.

XII — NO GABINETE DA DIRETORIA GERAL ADJUNTA:

- a) Diretores Adjuntos, em efetivo exercício do cargo.

Art. 3º — A Gratificação de Representação será atribuída aos funcionários ocupantes dos cargos de Técnico em Administração, Auxiliar Técnico, Economistas e Contadores, pelo efetivo exercício do cargo.

Art. 4º — A Comissão Executiva, mediante proposta do Diretor Geral e no interesse da Administração, atribuirá a gratificação de que trata este Decreto Legislativo, a funcionários ocupantes dos cargos relacionados ao Arts. 2º e 3º deste Decreto, designados para prestar serviços em qualquer dos órgãos que compõem a estrutura administrativa.

Art. 5º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20/02/75.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 69/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no item II, do Art. 172, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970 e no sentido de regulamentar a concessão da gratificação pela prestação de serviço extraordinário aos funcionários do Quadro de Pessoal do Poder

Legislativo.

RESOLVE:

Art. 1º — A gratificação de que trata o item II do artigo 172 da lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, será paga exclusivamente aos funcionários que estiverem no exercício efetivo de seus cargos, na respectiva lotação ou designados pela Comissão Executiva para prestar serviços nos diversos Departamentos, Serviços Autônomos e Gabinetes, integrantes da estrutura administrativa do Poder Legislativo, em regime de trabalho correspondente aos períodos da manhã e da tarde, conforme horário a ser estabelecido por Portaria do Sr. Diretor Geral da Assembléia.

Parágrafo único — Os funcionários colocados à disposição dos Gabinetes da “ARENA” e do “MDB” que forem prestar serviços nos Gabinetes dos Senhores Deputados, terão a gratificação que trata este Decreto, limitada a um teto de Cr\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos cruzeiros).

Art. 2º — O Diretor Geral encaminhará relação com o nome dos funcionários que preencham as condições estabelecidas pelo artigo 1º deste Decreto, para a devida aprovação da Comissão Executiva.

Art. 3º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 20/02/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 70/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nas leis estaduais números 6.593, de 15 de agosto de 1974 e 6461, de 04 de dezembro de 1974, e no sentido de regulamentar a concessão da gratificação de produtividade aos funcionários do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo:

RESOLVE:

Art. 1º — A gratificação de produtividade instituída pelas leis números 6.593, de 15 de agosto de 1974, e 6.461, de 04 de dezembro de 1974, é devida aos funcionários ocupantes dos cargos nelas mencionados e será paga com base nas disposições das referidas leis e deste regulamento.

Art. 2º — Para fazer jus à gratificação de produtividade, o funcionário deverá comprovar que se encontra em pleno exercício profissional em sua lotação.

§ 1º — Para os efeitos deste decreto entende-se:

a) pelo exercício profissional, a condição de estar o funcionário exercendo funções próprias do cargo efetivo de que for ocupante;

b) lotação do funcionário na unidade administrativa em que figurar o cargo por ele ocupado. Não se considera afastado da lotação o funcionário que, regularmente autorizado pela Comissão Executiva, estiver prestando serviços profissionais ou assessoramento em outro órgão ou Gabinete do Poder Legislativo.

§ 2º — A prova do preenchimento das condições exigidas neste artigo será feita dentro de 30 (trinta) dias da data deste Decreto, em declaração firmada pelo funcionário e visada pelo Diretor Geral da Assembléia, o qual encaminhará a relação de funcionários que preencham as condições exigidas por este Decreto à Comissão Executiva, para aprovação, dela constando os seguintes esclarecimentos básicos:

I) nome do funcionário;

II) cargo efetivo ou em Comissão de que é ocupante;

III) lotação;

IV) síntese das atribuições;

V) horário de trabalho;

VI) local de trabalho.

§ 3º — A declaração de que trata o parágrafo anterior, obedecido pela Diretoria Geral, juntamente com a relação aprovada pela Comissão Executiva, ao Departamento de Finanças, Contabilidade e Pessoal, para implantação em folha de pagamento.

Art. 3º — Os médicos e dentista amparados pelas leis números 6569, de 25 de junho de 1974, e 6641, de 04 de dezembro de 1974, para perceberem o dobro e o total das gratificações previstas nas mencionadas leis, terão que comprovar o seguinte:

I — não acumulação de outro cargo público estadual da mesma natureza;

II — prestação de jornada semanal de trabalho não inferior a trinta e duas horas e meia.

Parágrafo único — Os médicos que prestem serviço em ambulatório durante um mínimo de 4 (quatro) horas diárias consecutivas, poderão ter completada a jornada fixada no item II deste artigo, somando o tempo destinado a visitas a doentes hospitalizados, chamadas de emergência e atendimentos urgentes a domicílio.

Art. 4º — A investidura em cargo em Comissão ou em qualquer dos cargos componentes da estrutura administrativa da Assembléia Legislativa, por funcionário amparado por este Decreto, não prejudica o direito à percepção da gratificação de produtividade, desde que tais cargos tenham atribuições afins às do cargo ocupado em caráter efetivo ou impliquem em chefia, direção ou assessoramento.

Art. 5º — Toda e qualquer modificação de ordem funcional que implique em alteração das condições indispensáveis ao pagamento da vantagem de que trata este Decreto, deverá ser imediatamente comunicada à Diretoria Geral, sob pena de responsabilidade funcional prevista em lei.

Art. 6º — A gratificação de produtividade é inacumulável com a gratificação de tempo integral, admitida a opção, quando for o caso.

Art. 7º — Sempre que necessário, a critério do Chefe imediato ou do Diretor Geral, poderá ser exigida do funcionário a apresentação de relatórios mensais de sua produtividade.

Art. 8º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 20/02/75.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 71/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

revogar todos os Decretos Legislativos que concederam as gratificações de serviço extraordinário, a partir de 01 de março de 1975.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 20/02/75.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 72/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 793/75, de 31 de janeiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

exonerar a pedido, os funcionários adidos a esta Assembléia

Legislativa, ocupante dos cargos de provimento em Comissão, abaixo especificados:

JUAREZ DA FONSECA. . . Chefe de Gabinete da 1ª Secretaria
PAULO MUNIZ TEIXEIRA DE FREITAS Chefe de Gabinete da 2ª Secretaria.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20/02/75.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 73/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

revogar a pedido os Decretos Legislativos que designaram os funcionários para os cargos de Chefe de Gabinete da 1ª e 2ª Vice-Presidência, 3ª e 4ª Secretaria, Assessores, Oficiais, Auxiliares e Motoristas, dos Gabinetes da Presidência, 1ª e 2ª Vice Presidência, 1ª, 2ª, 3ª, e 4ª Secretaria.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20/02/75.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 74/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

dispensar a pedido, os seguintes funcionários, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, das funções que especifica:

ORLANDO MORO . Chefe do Serviço de Oficina e Manutenção
ACÁCIO TAQUES DE ARAUJO Chefe do Serviço de Biblioteca
HILTON RONALD ALICE. . . Chefe do Serviço do Cerimonial
GERSON NEMES Chefe do Serviço Médico
PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS . Chefe do Serviço de Assistência Judiciária
JOEL NELSON HECKE Chefe do Serviço de Assistência Social.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20/02/75.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 75/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

exonerar a pedido, JOSÉ RODRIGUES DE MORAES, do cargo de provimento em Comissão de Chefe do Serviço de Segurança.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20/02/75.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 76/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

exonerar a pedido, o funcionário ESVERBEN GUIMARÃES PLAISANT, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, do cargo em Comissão de Chefe de Gabinete da Diretoria Geral.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20/02/75.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 77/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

nomear JOSÉ RODRIGUES DE MORAES, para exercer o cargo de provimento em Comissão, de Chefe do Serviço de Segurança, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20/02/75.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 78/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

designar os seguintes funcionários, para exercerem os cargos que especifica, na Secretaria desta Assembléia Legislativa, percebendo as vantagens inerentes:

HILTON RONALD ALICE . . . Chefe do Serviço do Cerimonial
FABIANO SIQUEIRA CUNHA Chefe do Serviço Médico
JOEL NELSON HECKE . Chefe do Serviço de Assistência Social
ESVERBEN GUIMARÃES PLAISANT Chefe do Serviço de Assistência Judiciária
ADAIRTON BORGES DOS SANTOS. . . Chefe do Serviço de Biblioteca
ORLANDO MORO Chefe do Serviço de Oficina e Manutenção.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20/02/75.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 162/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº-1041/75, de 17 de fevereiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar PEDRO LIBERTI, ocupante do cargo de Oficial de Administração, nível PL "23", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para substituir o Secretário de Comissão FRANCISCO ACCIOLY NETO, enquanto perdurar o seu impedimento, e a partir de vinte e um de março de 1975, nos termos do artigo 71, parágrafo 2º, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24/03/75.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA
1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET
2º Secretário